

Comissão Arinos

Ass. Constituinte

quer ouvir Comparato recusa o convite

SÃO PAULO — O jurista Fábio Konder Comparato não aceitará participar da Comissão de Estudos da Constituinte. Em carta que enviou ao Presidente José Sarney explicando os motivos da recusa, Comparato diz que não considera a Comissão uma forma nem legítima nem técnica de preparar a nova Constituição.

Comparato acha que a formação da Comissão é uma providência complementar ao projeto do Governo, que atribui poderes constituintes ao Congresso Nacional, medida que ele qualifica de "arbitrária e ilegítima". Além disso, para o jurista, doutor em direito pela Universidade de Paris e professor titular da Faculdade de Direito da USP, a Comissão não é representativa. Em sua opinião, mesmo setores eventualmente representados na lista divulgada antontem não foram consultados para saber se aceitariam os escolhidos como representantes.

Também não é, obviamente, uma comissão técnica porque um projeto de Constituição não é matéria atribuída a um oftalmologista ou a empresários — observou.

Para Comparato, "o Presidente Sarney não foi bem aconselhado e ilustrado quanto ao que representa realmente um poder constituinte". A elaboração da Constituição, enfatizou, é matéria da Assembleia Nacional Constituinte, e a elaboração do projeto de Constituição depois de amplos debates, deve ser incumbência de juristas altamente especializados.

Ele defende a formação de comissões consultivas municipais, com membros eleitos; a convocação da Assembleia Nacional Constituinte no primeiro semestre de 86, independentemente da eleição para o Congresso Nacional; a limitação do poder econômico na campanha para a Constituinte, eleição dos constituintes pelo povo e a possibilidade de lançamento de candidaturas avulsas.

BRASILIA — A principal tarefa da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais será ouvir as aspirações da sociedade e tentar expressá-las em seu trabalho final. A opinião é de quatro nomeados — o Reitor da UnB, Cristóvam Buarque, o Secretário-Executivo, Mauro Santayana, o professor Joaquim Falcão e o advogado Cláudio Lacombe. Os integrantes ainda não têm propostas concretas para levar à Comissão, mas adiantaram ontem suas idéias, como a necessidade de definir o direito de cidadania como um direito econômico e social, o debate das questões sociais e até mesmo a defesa do meio ambiente.

Cristóvam Buarque levará à Comissão propostas relacionadas a economia e educação. Ele mobilizará a UnB para participar dos debates e apresentar estudos à Comissão sobre assuntos como tecnologia, por exemplo. Joaquim Falcão, chefe de Gabinete do Ministro da Justiça, Fernando Lyra, afirmou que existem duas questões fundamentais a serem enfrentadas no debate da Constituinte: o direito à cidadania não apenas como um direito individual, mas coletivo, e a relação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Segundo ele, a hipertrofia do Executivo "não deu certo".

Mauro Santayana disse que procurará influir para que se debatam os grandes problemas sociais de hoje. Em sua opinião, "é preciso que haja justiça para todos e que a liberdade e bem-estar não sejam privilégio de classe". Santayana, que foi um dos mais próximos assessores do Presidente Tancredo Neves, disse que "a Comissão contribuirá, como queria Tancredo, para o grande debate nacional sobre as relações entre a sociedade, a Nação e o Estado".

Cláudio Lacombe afirmou que "quem tem propostas para levar à Comissão é a sociedade", acrescentando que caberá à Comissão dar forma às aspirações da sociedade. Lacombe, que foi convidado pelo Presidente no dia da divulgação da lista

de integrantes da Comissão, na segunda-feira, acredita que um dos temas mais importantes de seus debates será a forma de Governo, com o exame de proposta de implantação do parlamentarismo.

Os quatro membros da Comissão concordam que o primeiro trabalho da Comissão será ouvir a sociedade e consideram irrelevante a discussão sobre o produto final de seu trabalho — se será ou não um anteprojeto. Para Buarque, o importante é mobilizar a sociedade e, se por acaso a Comissão elaborar seus estudos em forma de um anteprojeto, este será mais um entre muitos outros que chegarão à Constituinte. Segundo ele, a elaboração de um anteprojeto só prejudicaria os trabalhos da Assembleia se o Governo assumisse o projeto, o que não aconteceria.

Lacombe disse que os frutos do trabalho da Comissão podem sair em forma de anteprojeto ou de recomendações, questão pouco relevante, já que a Assembleia Nacional Constituinte é soberana. Ele disse que os estudos da Comissão será uma contribuição do Governo ao processo da Constituinte.

Segundo Joaquim Falcão, a forma final dos trabalhos será definida durante o desenrolar do processo, "num diálogo da Comissão com o Executivo, o Legislativo e a própria sociedade". Ele garantiu que não há intenção de impor nada à Assembleia e deu bastante ênfase à participação do Congresso no processo:

— A Comissão vai ouvir a sociedade olhando para o Congresso — disse, acrescentando que a Comissão vai fornecer subsídios ao Congresso — tanto o atual quanto o próximo — a quem caberá deliberar.

Tanto Buarque quanto Falcão e Lacombe afirmaram não terem ainda qualquer informação sobre o cronograma ou método de trabalho da Comissão. Eles estão aguardando a instalação oficial e maiores informações sobre o trabalho.

aspirações da sociedade

Candidatura avulsa divide as opiniões

PORTO ALEGRE — O ex-Senador e futuro Consultor-Geral da República Paulo Brossard não quis comentar ontem a Comissão Afonso Arinos, encarregada de elaborar subsídios para o trabalho da Assembleia Nacional Constituinte. Revelou no entanto um dos pontos de vista que levará à comissão: ele é contra os candidatos avulsos à Constituinte.

Na opinião de Brossard, o candidato avulso "é a negação da democracia representativa" e afirma que os partidos políticos serão mais frágeis ainda na medida em que foram periodicamente destruídos, como tem acontecido no País.

Além disso, Brossard considera que um candidato sem estrutura partidária que lhe dê apoio e sustentação terá que gastar muito para tentar a eleição — "o que, evidentemente, favorece o poder econômico em sua expressão mais crua".

Já o ex-Senador baiano Josaphat Marinho considera as candidaturas avulsas à Assembleia Nacional Constituinte "um fato normal dentro de qualquer processo político democrático", que atende aos que não se identificam com os partidos.

— O caso do ex-constituente Luiz Carlos Prestes é exemplar, diz Josaphat Marinho. Ele não se considera em condições de pertencer a nenhum partido, nem aos comunistas.

Sua opinião sobre as candidaturas avulsas é partilhada por outro dos indicados, para a Comissão Afonso Arinos, o professor de Direito Constitucional Luiz Pinto Ferreira. Embora considere, na prática, difícil que um candidato venha a se eleger sem suporte do partido, o professor pernambucano Pinto Ferreira argumenta:

— A democracia, que é um regime da liberdade, não pode vedar, do ponto de vis-

ta teórico, a possibilidade de alguém se candidatar sem legenda partidária. Muitas vezes os partidos representam camisas-de-força, que não permitem a ação de homens independentes.

Barelli não acha bom que constituintes tenham função legislativa. E quer ser 'porta-voz dos não representados'

Alguns dos membros da comissão manifestaram ontem a intenção de ouvir diferentes segmentos da sociedade antes da formulação de propostas reais. E já começam a sugerir mecanismos para tanto. O jurista Miguel Reale Júnior, que atuará na comissão ao lado de seu pai (de quem prevê que discordará "com afeto"), afirma que sua participação "estará centrada em propostas objetivando a participação popular nas decisões políticas do País e a criação de mecanismos jurídicos que tornem eficaz a declaração de direitos econômicos e sociais do homem".

O cirurgião oftalmologista Hilton Ribeiro Rocha pretende ouvir, antes de apresentar suas propostas, "as lideranças de classe, representantes do ensino médico e

o setor de saúde". José Afonso da Silva, professor de Direito da USP e Secretário da Prefeitura de São Paulo para Assuntos Municipalistas, vai levantar a hipótese de que o Congresso venha a apreciar anteprojetos elaborados e subscritos por eleitores, em número de 50 mil.

O Promotor de Justiça Fajardo José Pereira Faria, paranaense, espera apenas a instalação da comissão para começar a colher sugestões à futura Constituição do País em debates com entidades de classe.

O economista Walter Barelli, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) também não acha "recomendável" que os eleitos para a Constituinte tenham função legislativa, e se propõe ser o porta-voz dos não representados na comissão.

Anuncia três das propostas que pretende encaminhar desde as primeiras reuniões: garantia do salário mínimo real, direito obrigatório do brasileiro à educação no mercado de trabalho e educação gratuita para os jovens até 18 anos.

O Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, anuncia que todas as suas sugestões estarão referidas à área econômica.

O ex-Deputado federal Edgar Godoy da Mata Machado, cassado em 1969 pelo AI-5, declarou que "os trabalhos da comissão devem ser orientados para a liberdade, justiça e paz".

A professora de Direito Constitucional da Universidade de Pelotas Rosah Russomano adiantou que em sua participação na comissão dará ênfase aos direitos individuais.

Comissão Mista rejeita argumento de incompetência do Presidente

BRASILIA — Preliminar suscitada pelo Senador Lenoir Vargas (PDS-SC), de incompetência do Presidente da República e do Congresso para convocar a Constituinte, foi rejeitada ontem pelo Presidente da Comissão Mista que examina a matéria, Senador Helvídio Nunes (PDS-PI), na segunda reunião da Comissão.

Helvídio Nunes observou que, doutrinariamente, só se convoca uma Constituinte quando há ruptura da ordem jurídica, mas destacou que "há elementos de natureza política, adicionados à peculiar situação do País, que legitimam o ato do Presidente da República de convocação da Constituinte". Entre os elementos, segundo o Senador, estão a mudança de regime e a importância de uma nova Constituição que expresse as atuais necessida-

des do Estado e da Nação.

Contestando Lenoir Vargas, para quem não se pode convocar uma Constituinte em período de normalidade institucional, o Deputado João Gilberto (PMDB-RS) disse que o caminho de normalidade que o País vive "não consegue esconder que há ruptura com o status quo institucional".

Segundo João Gilberto, "a cidadania voltou as costas a sua Constituição, deserdou o regime, e se não convocarmos a Constituinte, ela perigosamente abandonará as suas instituições". Na opinião do Deputado, "é evidente o fosso entre Constituição e Nação".

— Não estamos invocando para nós o poder constituinte originário — acrescentou — mas abrindo a porta para que ele se manifeste.

Jurista protesta contra convocação

BRASILIA — Em nome do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte — que representa, segundo ele, mais de 400 entidades em todo o País — o jurista Gofredo da Silva Teles entregou ontem ao Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, um documento protestando contra a emenda do Executivo para convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

O documento, intitulado "Carta aos brasileiros", defende a convocação de uma Constituinte com poder exclusivo para elaborar a nova Carta, em vez de um Congresso Constituinte, como preconiza a proposta do Governo.

— Denunciamos como espúria a Assembleia Nacional Constituinte composta de órgãos já constituídos. O Congresso não pode ser convertido em Constituinte. O ato que o fizer é arbitrário e ilegítimo — diz o jurista no documento, subscrito pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras entidades.

Gofredo considerou um equívoco a iniciativa do Presidente de formar a Comissão de Estudos Constitucionais, acrescentando que o Executivo não pode influir na Assembleia Nacional Constituinte.

Brizola nega representatividade e aponta 'vinculação às elites'

O Governador Leonel Brizola criticou ontem a formação da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que designada na véspera pelo Executivo, vai apresentar sugestões à Constituinte. Ele disse que a Comissão não tem representatividade nem poder político e se vincula às elites.

— Uma comissão prévia, incumbida de

elaborar um projeto constitucional — frisou Brizola — só teria cabimento se integrada por constituintes eleitos. Só assim teria legitimidade. O dr. Afonso Arinos disse que esta é uma tradição brasileira. E eu fiquei pensando: por isto mesmo nosso País não tem dado certo. A designação desta comissão é mais um dos grandes erros da chamada Nova República.

